

A documentação na administração moderna

OS BIBLIOTECÔNOMOS profissionais, no afã de refundir as idéias correntes sôbre a função das bibliotecas, insistem em apregoar que a biblioteca moderna "não é depósito de livros". Querem significar com isto que a biblioteca deve assumir papel ativo na difusão da cultura, estimulando e guiando os pesquisadores, grangeando e multiplicando leitores; em poucas palavras, tomando a iniciativa e atuando diretamente no processo de tornar os livros lidos, discutidos e utilizados. No desejo de cada bibliotecário digno dêste nome e desta profissão, a biblioteca, para preencher bem a sua função social, deve ser um verdadeiro laboratório de ampliação da experiência. Acelerando a circulação das idéias mediante a multiplicação dos leitores e a generalização do hábito de leituras intensivas, a biblioteca se constitui em centro de irradiação dirigida dos conhecimentos humanos, pelo que contribui para o enriquecimento do patrimônio coletivo.

A concepção correta da documentação administrativa moderna, reclamada pelas urgências e complexidades das funções do Estado, igualmente repele a idéia da estagnação, do arquivo morto, da simples reunião ordenada de documentos avulsos. Assim como a biblioteca não é um depósito de livros, assim também a documentação não é um arquivo de papéis. Se àquela cumpre ativar indefinidamente o processo da difusão cultural, a esta cabe capitalizar a experiência prática, prolongando no futuro as vantagens e benefícios das decisões acertadas, dos estudos bem conduzidos, das resoluções fecundas, feitos no dia a dia da administração.

Concebida como um processo de acumulação e depuração da experiência, a documentação administrativa permite a um tempo a crítica e corretivo dos erros que só se tornam evidentes quando reunidos, bem como a propagação dos modos de agir e resolver já sancionados pela prática. À maneira de teia invisível, a documentação administrativa estabelece facilmente uma linha de coerência entre o passado e o futuro, habilitando o administrador a evitar os desacertos acaso cometidos, a reproduzir os efeitos proveitosos e, sobretudo, a majorar o seu cabedal de conhecimentos práticos.

A administração pública tem a seu cargo o tratamento dos chamados problemas coletivos. Muitos destes problemas são ou recorrentes, como a educação de cada nova geração, ou perpétuos, indefinidamente renovados, como a proteção da saúde pública. Repetem-se fatalmente em cada geração, ou assediam indistintamente todos os administradores. São, por assim dizer, problemas indescartáveis, cuja existência explica a perpetuidade do Estado. Ao afetarem os administradores do momento, êsses eternos problemas humanos provocam reações diferentes e inspiram cuidados e estudos aos diferentes responsáveis por sua solução, gerando assim uma experiência variada e repetida no tempo e no espaço com as tonalidades e as peculiaridades dos indivíduos que para ela concorrem.

Se não existe um registro atento e organizado das contribuições esparsas que assinalam a passagem dos indivíduos pela administração pública, é evidente que não se realiza a coordenação dos esforços no tempo, e cada administrador novo é forçado a partir

do marco zero, ignorante ou mal informado do que fizeram no mesmo posto seus predecessores. Se, ao contrário, há um sistema de registro de fatos e centralização de informes sobre a marcha dos negócios públicos, então a ação inteligente, com base no conhecimento objetivo, lentamente elaborado através de várias gestões, passa a ser o padrão ordinário dos administradores. Esse registro é a moderna documentação.

Ao subir das aspirações e necessidades sociais aos conselhos do governo, cada problema coletivo deixa atrás de si uma esteira infinita de precedentes. Seria irracional, ou melhor, seria um desperdício estúpido dos recursos sociais representados pelos conhecimentos disponíveis, tratar o problema emergente à revelia das pesquisas, dos estudos e das tentativas pertinentes realizadas alhures. O lógico é poder a autoridade que deva opinar ou decidir, dispor daquilo que poderíamos chamar a biografia do problema, desde os seus antecedentes mais remotos até os seus sintomas mais recentes, com escala pelas sugestões e resoluções, inclusive as caprichosas e absurdas, a que esteja ligado. Se conta com abundantes e fidedígnas informações sobre a genealogia de um problema, o administrador menos dotado tem mais probabilidades de encaminhá-lo corretamente do que, em situação inversa, o administrador brilhante e imaginoso.

Esse é o papel da documentação administrativa, concebida não como um conjunto de documentos sistematicamente arquivados, mas como um laboratório de fusão, aferição e depuração da experiência esparsa. Esse papel pode ser descrito como uma intelectualização consciente e acelerada do esforço de muitos indivíduos com o fim de aumentar o rendimento social da inteligência humana.

Uma documentação administrativa capaz de desempenhar essa missão pressupõe um trabalho permanente e profundo de elaboração, inclusive doutrinária, que dê ao administrador um lastro teórico para as suas ações práticas. Preservar, catalogar, ampliar e dinamizar a experiência feita — eis, em resumo, a missão específica da documentação administrativa que os negócios públicos hoje exigem.